

ISSN 2965-6931

doi 10.35699/2965-6931.2023.53067


DOSSIÊ TEMÁTICO

CC BY 4.0


REVISTA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Dossiê temático sobre trabalho: território de experiências, transformações e crises contemporâneas

Daisy Moreira Cunha
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 <http://orcid.org/0000-0001-9238-8839>
daisycunhaufmg@gmail.com

Andrea Maria Silveira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 <https://orcid.org/0000-0002-1180-3875>
andrea@crisp.ufmg.br

1. INTRODUÇÃO

A **Revista da UFMG** nos convida a refletir sobre as crises contemporâneas em suas muitas e diversas imbricações nas experiências do trabalho. Buscando alcançar uma abordagem epistêmica plural, mas com bastante engajamento em termos dos valores do bem comum, valores emancipatórios, pensamos em articular essa chamada organizando as problemáticas em quatro eixos analíticos a seguir explicitados.

2. NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E ERA DIGITAL: ENTRELACAMENTOS E RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO

As primeiras medidas neoliberais foram experimentadas na reestruturação do Estado no Chile (1973), e migraram para diversas regiões do planeta no compasso das configurações políticas locais, atravessando os interesses coletivos, enfraquecendo direitos sociais, políticas públicas e minando a política enquanto lugar da construção do comum. O neoliberalismo é um receituário pragmático, cabendo adequação local onde se configura, quebrando barreiras de proteção social dos trabalhadores, associando a venda de empresas estatais e redução de políticas públicas, negligenciando direitos sociais e políticas redistributivas fundamentais na garantia de condições de vida da maior parte da população. Desde o final dos anos 90, essas reformas conservadoras vêm sendo potencializadas, no âmbito dos estados nacionais, por diminuição das restrições e normas alfandegárias que reordenam processos competitivos com desdobramentos internacionais e regionais diferenciados.

São reformas que estão associadas a um contexto geral de desregulamentação dos direitos do trabalho, que vêm se aprofundando desde o início dos anos 90 no Brasil, e que se intensificou com o golpe que depôs a Presidenta Dilma em 2016. Há uma regressão dos direitos associados ao trabalho, engendrando mais exclusão e precarização das relações e condições de exercício laboral, articulando reforma sindical¹, trabalhista² e

¹ Com grande impacto na desestruturação dos sindicatos, enfraquecendo-os enquanto entidades com poder de negociação coletiva.

² Essa reforma amplia a diferenciação no interior das categorias profissionais quando possibilita diversos estatutos de

previdenciária³, num tempo histórico que deveria implantar conquistas importantes asseguradas com muita mobilização social que precedeu e está na base dos nossos debates constituintes desde os anos 80.

Um outro vetor que se fortaleceu nesse cenário são as novas tecnologias, os novos materiais e novas formas de comunicação, até a "internet das coisas" e a atualíssima Inteligência Artificial, que reestrutura sobremaneira as formas de organização da produção, mas, sobretudo, penetra em todos os poros da vida social, ordenando tempos e espaços da produção e da vida no aqui e agora. Em lugar de democratizar as relações e os direitos ao trabalho decente⁴, observamos um aprofundamento dos pressupostos tayloristas no que toca à organização do trabalho, dos pressupostos fordistas, dos modos de dispor da organização da produção cada vez mais *just-in-time*, que estão sendo potencializados com base na microeletrônica, automação (robótica) e, recentemente, pela Inteligência Artificial.

Nesse contexto histórico, foi possível às organizações, segundo modelo centrado nas empresas automobilísticas, racionalizar a produção ao máximo, reduzindo efetivos e ampliando suas margens de lucro pelo incremento tecnológico associado à intensificação da produção por novos modelos de organização e administração do trabalho, estratégias que vão agora sendo potencializadas pela gestão algorítmica.

Atualmente, fala-se muito da desindustrialização⁵ pela desintegração do que antes seria o objetivo perseguido como modelo de desenvolvimento. A crise do Fordismo/Keynesianismo, enquanto modelo de organização da produção em massa, estaria levando ao fechamento, migração de empresas, diminuição progressiva do setor secundário na economia e ao enfraquecimento de suas redes e formas de sociabilidade

contratação, muitas vezes exercendo as mesmas atividades, e muitas vezes compartilhando o mesmo espaço. Além dessa fragmentação, há um uso flexibilizado da força de trabalho, aumento de multifuncionalidade, polivalência, entre outros aspectos.

³ A reforma da previdência altera as leis que dispõem sobre seguridade social e que, desde sua criação, já passou por sete alterações (1933, 1998, 2003, 2005, 2012, 2015 e 2019). A última reforma alterou aspectos fundamentais dos direitos previdenciários tais como: idade mínima, regras de transição, tempo de contribuição, regras de cálculo dos benefícios e estabeleceu normas de pensão por morte, trazendo debates críticos sobre condições de trabalho, saúde e envelhecimento da população brasileira.

⁴ Cf. Lais Abramo in: Institutotrabalhodecente.org.

⁵ Cf Paulo Fontes, "Quando as fábricas fecham": desindustrialização e cultura do trabalho no Rio de Janeiro.

em torno de uma economia industrial. Nas cidades e no campo, as transformações na forma e na composição do trabalho, a diminuição dos empregos, ou os efeitos políticos e culturais desse processo no tecido social, atingem visceralmente a vida daqueles que vivem de suas ocupações.

Chico de Oliveira, desde os anos 70, nos auxilia a entender nossa longa transição entre a informalidade que marca o mercado de trabalho brasileiro para uma informalização agudizada pelo impacto das reformas conservadoras de nossa história mais recente⁶. Nessa perspectiva, vemos que a informalidade que marca a composição do emprego de nossa força de trabalho não é especificidade do nosso subdesenvolvimento, nem é relativa à uma situação pré-capitalista. Essa informalidade não é o espelho negativo da relação salarial, mas é marcada por um desenvolvimento periférico. Não é exceção, nem residual, esteve estruturalmente presente em nosso modelo de desenvolvimento, cresceu com ele e o alimentou de modo associado no entorno das grandes corporações empresariais e empreendimentos agrícolas.

Longe do pleno emprego, mesmo em tempos de governos democráticos, o mercado de trabalho brasileiro sempre se mostrou heterogêneo e precário, onde um contingente de trabalhadores foi subempregado em formas de reprodução social das camadas populares. Mas há ainda aqueles que, por não terem acesso ao seguro desemprego, muitos deles, seguem vivendo de empregos precários e "bicos". Entre aqueles que estão empregados, com carteira assinada, e que "trabalham por conta própria", ou são microempreendedores individuais, as condições de reprodução de suas existências não são boas e aguardam, sem ter oportunidade, por empregos mais qualificados, por melhores condições laborais e melhores remunerações.

Mesmo quando cresce a economia e aumenta a formalidade, essa margem permanece ampla. Nesse contingente, são muitos desocupados de curta duração, ou desempregados que buscam empregos, mas não realizam qualquer atividade remunerada. Além disso, também encontram-se os desempregados de longa duração,

⁶ Cf. Francisco de Oliveira: *Passagem na Neblina* (2000); Ornitorrinco (trabalho abstrato); *Crítica à razão dualista*.

desalentados. Essa desestruturação característica dos mercados de trabalho de países como o nosso, leva os organismos paraestatais como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e organismos como o IBGE a propor também abordagens desses mercados, considerando as taxas de subutilização da força de trabalho (desocupados, subocupados por insuficiência de horas, força de trabalho potencial), ao lado das taxas de desocupação, de modo a termos uma leitura mais refinada do que é a composição e formas do emprego (funções, tarefas, postos e relações) no Brasil e como ela materializa uma configuração histórica bem brasileira na relação Estado-capital-trabalho. Não chegamos a ser modernos em termos de direitos fundamentais, passamos dessas condições de reprodução da vida às novas normas de flexibilização, polivalência, exigências de iniciativa e responsabilização pelo empreendimento da própria vida sem transferência da riqueza social via os direitos sociais.

Para vários autores, esse processo estaria, muitas vezes, associado à terciarização da economia pela emergência de uma sociedade informacional do conhecimento, vislumbrando, no trabalho cognitivo, a capacidade de colocar em cheque a forma típica de valorização do capital baseada no trabalho imediato. Nessa perspectiva, estaríamos passando de uma sociedade industrial a uma sociedade de serviços, baseada na informação e no conhecimento como matriz de inovação, pós-industrial? E nessa direção, haveria uma propriedade específica no conhecimento e na informação que limitaria sua apreensão, utilização e exploração do trabalho pelo capital? Fala-se que esse crescimento do trabalho imaterial coloca em questão o trabalho e os direitos que o circundam como paradigma das relações sociais ao fragilizar a “lei do valor-trabalho” como reguladora da produção no capitalismo. Muitos autores advogam que o trabalho imaterial, como um trabalho cognitivo, não pode ter suas tarefas prescritas e formalizadas. Da economia do conhecimento, das *startups*, à financeirização, da economia à inteligência artificial com o desenvolvimento de instrumentos numéricos para realizar determinadas tarefas que exigem flexibilidade e cálculos de ajustamento em circuitos macro-micro da produção... Será que essa tendência se confirma igualmente nos mais diversos setores produtivos brasileiros?

Outras razões na origem dessa (des)industrialização são as *commodities* e a hipervalorização de bens naturais. Nesse caso, poderíamos facilmente constatar um fortalecimento de nossa condição de agroexportador que nunca nos deixou? Não é possível ignorar o que se passa no campo brasileiro hoje, do ponto de vista dos trabalhos e condições de vida de milhares de populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, trabalhadores extrativistas em várias culturas regionais⁷ ao lado do agronegócio, em enfrentamentos que permanecem e novas conflitualidades que emergem.

Hoje, após a crise sanitária, muitas atividades são realizadas em casa ou dentro das empresas. Tais atividades obedecem a preceitos de controle virtual de produtividade, bem como a formas de controle de desempenho, de horas trabalhadas e de intensidade produtiva, que dispensam a presença do “capataz de fábrica” e do cronômetro, valendo-se, no entanto, de *softwares* de Inteligência Artificial que passaram a realizar tais funções de vigilância e controle. Face às novas exigências de polivalência, competências e multifuncionalidade na reconfiguração local de muitas ocupações, associam-se novas formas de discriminação, dominação, desigualdades sociais. O contexto pós-pandemia fortaleceu toda forma de digitalização do trabalho, favorecendo conexões à distância e engendrando o trabalhador nômade, com flexibilidade, ou não, nos direitos relativos ao trabalho.

Essas transformações societárias dos últimos 30 anos se associam e possibilitam ordenar a vida social, refletindo diretamente na configuração do mercado de trabalho e no próprio trabalho. São alterações que fundam uma nova divisão social, territorial e técnica/tecnológica e reafirmam ou reordenam cartografias do poder do mais local ao mais global. Nessa conjuntura pós-pandemia, associam-se bioeconomia, reestruturação produtiva e formas antigas de exploração de recursos naturais e humanos de modo insustentável, tornando mais dramática nossa vida cotidiana.

Não há como isolar nossas dramaticidades dessa crise do trabalho no bojo dessas transformações mais gerais. O trabalho enquanto experiência é atravessado pelos vetores

⁷ Cf por exemplo, Do coco babaçu à emancipação: o poder das quebradeiras do Maranhão. In: cptnacional.org.br (agosto/2018).

na organização social marcada por mercados globais e pela questão dos direitos políticos, civis e sociais, bem como novas gerações de direitos, que marcaram o longo século XX. E como interpretar os efeitos globais dessas transformações e tendências mais gerais no caso brasileiro? Essas alterações e aprofundamentos nas arenas administrativas e jurídico-normativas do trabalho vêm minando a organização político-sindical e os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores desde os trinta anos gloriosos em países desenvolvidos. No Brasil, desde os anos 80, desmontam-se os parques direitos sociais presentes em nossas políticas sociais e no aparato jurídico e ideológico que, na passagem do século, trazia consigo formas de organização coletiva historicamente constituídas. Há uma gramática social tensa entre, por um lado, reafirmação de direitos e, por outro lado, de negação de direitos civis, políticos, previdenciários, epistêmicos, estruturando as novas conflitualidades urbanas e rurais.

De certa forma, não podemos mais centrar nossas interpretações do que se passa em termos de transformações no trabalho, nos restringindo a uma concepção laboral restrita ao universo produtivo fabril que requer certo conjunto de qualificações sociais, técnicas e científicas. Essa concepção de trabalho e de sua centralidade na vida social vem perdendo peso e tem origem nessas profundas transformações societárias contemporâneas. Por outro lado, assim como nossas pesquisas sobre trabalho no campo, trabalho fabril e não fabril, seja no setor de serviços, ou nos crescentes trabalhos plataformizados, vêm elucidando aspectos dessas crises que aprofundam incertezas em todos os aspectos da vida social, política, cultural, ambiental, ecológica, sanitária, energética, econômica, geopolítica, humanitária e, em última instância, democrática?

Nesse sentido, essa Chamada da **Revista UFMG** deseja compreender as reconfigurações do trabalho sem isolar o que seriam os eixos estruturantes das crises contemporâneas, por compreender que essas reconfigurações se interligam por raízes profundas desde o Brasil Colônia. Esperamos reflexões, na perspectiva de uma plataforma aberta, sobre as crises contemporâneas de maneira a compreender como as transformações da vida social e o que nelas e em suas crises estão imbricadas às transformações do trabalho como experiência na contemporaneidade.

3. FIM DO TRABALHO? INVISIBILIDADES (RE)PRODUZINDO DESIGUALDADES NAS INTERSECÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

Nesses tempos históricos, sabemos que o trabalho não está no seu fim; ele, mais uma vez, reconfigura-se em todos os espaços da vida social. Em processos sócio-territoriais e culturais importantes, se invisibiliza, torna-se 'transparente', desenforma pela informalização de seus limites jurídicos, administrativos, de suas regras⁸ contratuais e de execução, esconde-se... mas se evidencia pelas metas, pelos objetivos a cumprir, via subordinação às relações e dinâmicas comerciais.

Parece desmaterializar à mercê dos interesses das organizações pelo efeito dos processos de **terceirização** das atividades fins e atividades-meio, pejetização, plataformização, sazonalidade, intermitência em setores importantes da economia no campo e na cidade, em todo tipo de trabalho no setor público e privado. Nota-se o aprofundamento da (des)industrialização e crescente **terciarização** da economia, desmaterializando em níveis diversificados os processos produtivos, exigindo novas competências e habilidades em todos os postos de trabalho, que ocorre, se não para a execução do trabalho real, em momentos de processo seletivo, o que gera mais exclusão. Mas tudo isso não é homogêneo, pois ao lado dessa tendência, permanecem formas arcaicas, artesanais e tradicionais de trabalho⁹, mesmo que, na maioria das vezes, capturadas em processos de valorização excludentes.

Constatamos uma **financeirização** de todos os setores da vida social. Os fluxos de capitais alteram o fluxo de pessoas, de mercadorias e de informações nas trocas internacionais entre bens materiais e imateriais, potencializados pela emergência das novas tecnologias, novos materiais, novos modos de comunicar e ordenar serviços, como veremos adiante. Uma *startup* no norte do planeta, empregando poucas pessoas, pode plataformizar o trabalho de uma rede de fornecedores de serviços em dezenas de países.

⁸ https://www.youtube.com/live/ulZdgMH_p6o?feature=shared

⁹ Cf sobre pescadores do Pirarucu in: Sautchuk, Carlos. O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju) Brasília: UNB; 2007. Ou sobre seringueiros in: Deus, Eduardo di. A dança das facas: trabalho e técnica nos seringais paulistas. Brasília: UNB, 2022). Ou Barbosa, Juliana. Nos tempos do alfaiate. Guardando os contornos da aprendizagem, atividade e usos de si de um ofício secular. Belo Horizonte: FaE/UFMG. (tese de doutorado em curso).

Essa **evolução** é, entretanto, **desigual** em termos de suas implicações segundo as regiões¹⁰, as classes, as gerações, os gêneros, etnias¹¹, castas, mostrando clivagens culturais e sócio-históricas em múltiplas recombinações global-locais.

O corte de gênero, por exemplo, segue escalando o trabalho de domésticas (os) desde sempre (Fraga, A.B., 2016; Araújo, A. B.; Monticelli, T.; Acciari, L., 2021; Lima, M.; Prates, I., 2022). O trabalho do cuidado em suas políticas, práticas, teorias e dimensões tem na contraface os velhos e os novos trabalhos das cuidadoras(es). Esse é um campo laboral, onde o gênero conta por sua articulação com o mundo do trabalho reprodutivo - afazeres domésticos, cuidado com as crianças, idosos e doentes (Vieira, R.S.C., 2020). Nesses territórios, as trabalhadoras estão, juntamente com a comunidade LGBTQIA+, em empregos do tempo parcial, intermitentes, se realizando em invisibilidade institucional, por ausência de dispositivos de Proteção Social, às margens do direito constitucional, previdenciário, trabalhista e também comercial.

Trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo... que pode associar trabalho doméstico, trabalho infantil, mesclando gênero, raça, geração e classe em um misto de problemas relativos aos Direitos Humanos; trazendo invisibilidades novas e recolocando velhas formas de dominação, inclusão-exclusão e crescentes polarizações e desigualdades, em miríades de interseccionalidades e desigualdades sociais de classe, geração (juventudes), gênero (divisão sexual do trabalho) e étnico-raciais.

O trabalho não acaba nunca e vai se obscurecendo em suas regras, mas deixa **lastros na saúde** dos trabalhadores/trabalhadoras¹². Podemos não ver, mas há um risco

¹⁰ Cf ZHANG, Lin. **The Labor of Reinvention - Entrepreneurship in the new chinese digital economy**. New York: Columbia UNiversity Press, 2023.

¹¹ Cf produção mais recente sobre capitalismo racial: **Plantationoceno - Capitalismo racial, trabalho e terra**, UNB FUP, 2023. MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 9. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Contexto, 2013. FIDELIS, L. *Quilombos, agricultura tradicional e a agroecologia: o agroecossistema do Quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade*. Cadernos CERU, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 57-72, 1 jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/29465/31324> Acesso em: 6 jun. 2016.» <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/29465/31324>. LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. 2002. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/territorios-sociais-e-povos-tradicionais-no-brasil-por-uma-antropologia-da> Acesso em: 6 jun. 2016.» <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/territorios-sociais-e-povos-tradicionais-no-brasil-por-uma-antropologia-da>

¹² Organização Internacional do Trabalho. *Garantir a segurança e a saúde no trabalho num clima em mudança*.

de adoecimento no trabalho em jovens pobres e da periferia¹³. Empregados precários, intermitentes, sazonais, experimentando os riscos da mobilidade urbana comandados pelo *just-in-time* das plataformas de alimentação e outros produtos de consumo recebidos em casa por quem pode pagar. Esses são os que comprometem sua formação, que adoecem seus corpos pelo sol escaldante e por não se hidratarem em jornadas extenuantes, marcadas por riscos de violência e acidentes com mortes e mutilações em um ambiente de trabalho estruturado pelos problemas de mobilidade urbana no coração das grandes cidades.

Permanências, por exemplo, do trabalho análogo ao trabalho escravo que continua no trabalho doméstico, e tece raízes com a questão do trabalho infantil não erradicado. Ou novas associações entre as formas de atentado à vida articulando risco ao ambiente de trabalho e os espaços de vida, como nos trabalhos de desmatamento ambiental¹⁴. Ou ainda, as mutações advindas das crescentes formas de "uberização" pela transformação de vários setores de atividade, com um modelo econômico de negócio organizado por plataformas numéricas com consequências tais como externalização, automatização e digitalização, desenvolvimento de alternativas do assalariado (autoempreendedor, freelancer, start-ups), ou plataformização de todo tipo de empresas, colocando diretamente em relação ofertantes e demandantes de serviço, até então assegurados por profissionais regulamentados ou regulados por vias de aplicativos, em modelos de negócios (Starbucks/ Amazon), e seus respectivos modelos de emprego.

Genebra: abril, 2024.

<https://trampo.blog.br/2024/05/09/70-dos-trabalhadores-tem-saude-ameacada-pela-criese-do-clima/>

¹³ Cf LEANDRO, Bianca; SOBRINHO, André; ABRAMO, Helena (org.) Dossiê Panorama da situação de saúde de jovens brasileiros de 2016-2022: interseções entre Juventude, Saúde, Trabalho (EPSJV - FIOCRUZ). Em todas as dimensões da vida juvenil, os dados dessa pesquisa demonstram muitas dificuldades segundo extratos e recortes etários diferenciados (15-17; 18-24; 25-29), e quanto à questão do trabalho: dificuldades de inserção no mercado, condições mais precárias com riscos à saúde, complicações relacionadas à saúde mental, sobreposições de tempos, entre outras dificuldades, como mortalidade por causas externas, como violência. Pesquisa realizada com base em banco de dados e indicadores do SUS (mortalidade, informações hospitalares, agravos e notificação - violência, acidentes de trabalho (33,3% dos acidentes notificados, maioria homens; mulheres com maior percentual de transtorno mental notificado) e transtorno mental relacionado ao trabalho), da PNAD, IBGE, Política Nacional de Saúde (2016-2022). A pesquisa entende que as informações de ocupação no mercado de trabalho mostra muita fragilidade dessa faixa etária, é necessária uma política nacional de cuidado.

www.epsjv.fiocruz.br/dossie-juventude-saude-trabalho

¹⁴ Cf. Carvoarias e trabalho escravo. Pólo Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 2019 (www.ufmg.br/polojequitinhonha/2019/11/20/carvoarias-e-trabalho-escravo).

Queremos também conhecer as transformações de setores em crescente migração para trabalho a domicílio, os nômades digitais de toda ordem, onde as tarefas da produção se mesclam à esfera da produção da vida, em que podemos encontrar novas formas de organização do trabalho que representam extensão da vigilância e do controle da produtividade dos trabalhadores e da vida pessoal.

Já podemos vislumbrar os crescentes usos de Inteligência Artificial na gestão por algoritmos para recrutar, gerir, avaliar e sancionar os trabalhadores e que volatizam parte de suas funções ao incorporar modos de cálculo de ajustamento processual, integrando aspectos de tomada de decisão no curso da ação de cada tarefa. O trabalho humano é então reestruturado no lastro do avanço tecnológico como se, apêndice da máquina ou do algoritmo, pudesse ser dispensado em ecossistemas tecnológicos, de onde se reconfiguram também as relações de trabalho, suas relações contratuais e as condições nas quais ele se realiza. Mas, simultaneamente, observamos uma reemergência do trabalho associativo, comunitário em relação a outros modos de gerir a vida em comum. São frestas de resistência, engendradas pela reemergência de valores locais de produção e reprodução da vida.

E o que dizer sobre como regular a intensidade face às modernizações tecnológicas e organizacionais, ou mesmo no bojo de trabalhos em ofícios do campo criativo em que as temporalidades e intermitências constroem os ritmos¹⁵? Esses novos e velhos modos de trabalhar podem se associar a modos de viver e adoecer nos diversos setores econômicos, principalmente nos serviços e prestações em novos formatos; cresce a intensificação e precarização do trabalho, e sabemos que a atividade real se tece dialeticamente, e dramaticamente, às formas do emprego do trabalho humano.

Desde os anos 90, fala-se muito em vários campos do conhecimento sobre o fim do trabalho, seja do ponto de vista da formação social, da formação econômica e do valor, mas também como elemento estruturante da sociabilidade, por seu papel identitário, sociocultural e político. Deixamos de ser uma sociedade do trabalho? Se o trabalho não é,

¹⁵ Cf. ABRASTT - Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.

como afirmam muitos autores, a categoria central para pensar a vida social, afirmamos que seria arriscar demais deixar nas margens de nossa reflexão contemporânea, a experiência humana - de vida e saúde - nos territórios de suas reconfigurações. Essa experiência, que não apenas vai se tornando "transparente", perdendo visibilidade sócio-cultural e como objeto de investigação, também vai, pelo avesso, reafirmando sua centralidade na vida social e refazendo a dialética entre visível e invisível nos processos de trabalho. Experiência que muitas vezes reafirma sua presença pela ausência, pelo absurdo do desemprego em massa, estrutural. Pensamos que a ausência de vínculo com uma atividade produtiva, e também essas novas configurações do trabalho, podem ser uma chave analítica epistêmica e política para compreender tendências sócio econômicas, políticas e culturais de um futuro próximo. A **Revista UFMG** preza por contribuições que revelem essas novas **cartografias** ao indexar mutações do trabalho que representem permanências, interfaces, intersecções, invisíveis e silenciosas, que produzem segregação e desigualdades de todos os tipos, ou, em um sentido emancipador, que construam novos horizontes para uma vida boa.

4. FRONTEIRAS, INTERFACES, CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS E SIGNIFICADOS EM TEMPORALIDADES E GEOMETRIAS VARIÁVEIS

Constatamos facilmente uma transformação dos mundos profissionais, por redefinição de competências nos postos de trabalho, apagando fronteiras entre especializações de certos grupos trabalhistas e criando instabilidade no bojo dos ajustes entre emprego e formação. Esse fenômeno estaria afetando até mesmo carreiras prestigiosas e que possuem importância em termos de mobilidade social, trazendo rupturas e mudanças em percursos de vida. Cresce o abandono de projetos de longo prazo associados às carreiras profissionais longas e, para além de diversas formas de desemprego, subemprego e suas modalidades diversas, fala-se muito atualmente em abandono de emprego, de transformação nas carreiras, de desprofissionalização e ampliação das vulnerabilidades para profissionais liberais. O trabalho perde seus sentidos com formas de (re)existências, de projeção e construção de futuro? Algumas

profissões e ofícios desaparecem, deixam de circular culturas e saberes tradicionais e/ou de coletivos profissionais consolidados. Mas não podemos deixar de verificar também a emergência de ocupações, sem lastros em ofícios e profissões, com reconhecimento social e com elas, novos saberes requeridos, com reforço político e epistêmico de certas competências e qualificações. Questões geracionais se interpõem aqui fortemente, gerando novas conflitualidades dentro e fora das organizações produtivas pela reconfiguração das relações de poder, de valor e de saberes.

O ideal de trabalhador emancipado que poderia se autodeterminar socialmente, por conta da retomada do saber-fazer na produção, parece atravessado pelo desenvolvimento tecnológico de modo avassalador. Essas tendências de organização da produção imaterial pela entronização em todos os processos de trabalho de uma reestruturação molecular digital e cujo núcleo demandaria o “discernimento”, a “capacidade de enfrentar o imprevisto” e de “identificar e resolver problemas”, estariam de fato impedindo a prescrição, a codificação dos gestos em tarefas rotinizadas, impondo uma reunificação do trabalho e do trabalhador que intervém para assegurar fluxos de produção? Emergiram nesse período novas exigências de qualificação, fruto dessa novidade da reunificação do trabalhador e seu trabalho desde a emergência do “modelo de competências”¹⁶, misto de novas exigências de engajamento e mobilização de experiência na era do talento como patrimônio individual¹⁷.

Todas as profissões, isto é, a formação profissional em geral, e a universidade, integram e circulam valores e saberes que podem ampliar a crise ou que resistem e subvertem as tendências e promovem o auxílio à vida. Os territórios da produção de conhecimento, as agendas de pesquisa dos órgãos de fomento, são investidos pela economia técnico-científica, que aproxima em regime de co-produção à *ciência-produção*, aprofundando tendências desde os primórdios do capitalismo e reverberam em

¹⁶ Cf para uma crítica do termo competências, Schwartz, Yves. Os Ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. Revista Educ. e Sociedade, 19 (65), 1998.

¹⁷ Cf sobre o conceito de talento no mundo do trabalho artístico de fora dele nas obras de Pierre-Michel Menger. Ou veja ainda Borges, Vera. A arte como profissão e trabalho: Pierre-Michel Menger e a sociologia das artes. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n.67, 2003. (Cultura, Artes, Cidade).

desinteresse por carreiras de professor-pesquisador em universidades e centros de pesquisa.

Estaríamos então em um tempo histórico onde o trabalho se reconfigura e parece perder centralidade pela reestruturação produtiva, pela desintegração de direitos, pela revolução digital em curso. Ele se reconfigura e nesse processo emergem novas formas de controle digitais, colonização do tempo privado que vai desaparecendo, dos tempos de reprodução da vida, ampliação e volatilidade do consumo pelos internautas... No movimento das aparências nebulosas desses fenômenos sociais, já não os vemos como uma especificidade brasileira, a informalização está no cerne das formas contemporâneas de exploração.

No contexto da transição da estrutura do emprego da indústria para os serviços, também podemos ver a emergência das informalidades de todos os tipos que se recolocam, reforçam ou fragilizam interfaces e fronteiras entre mundo da vida/mundos do trabalho em rearticulações público-privado, local-global. As formas de dominação se renovam e se mesclam, associadas às práticas gestonárias no interior das organizações. Muito se falou em suicídio em grandes corporações, mas também entre agricultores. Haveria espaço para dialogar sobre redução de tempos de trabalho sem redução de retribuições financeiras, liberando tempos para outras atividades humanas?

Mas é aí mesmo que também vemos a circulação de outros valores em vias, ainda que tímidas, dos empregos nas ondas da sustentabilidade, do emprego verde¹⁸ e de formas alternativas de produzir a vida.

A Revista UFMG deseja conhecer quais significados socioculturais e econômicos dessas mudanças nas formas e conteúdos do trabalho e os sentidos da experiência dessas transformações para aqueles que as vivenciam. O trabalho possui um sentido? Faz sentido trabalhar hoje? É uma experiência que pode emancipar ou marginalizar? É uma experiência que comporta em si, medo, insegurança, ansiedade? É uma experiência que

¹⁸ DIEESE. **Empregos Verdes e Sustentáveis no Brasil**. Set. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2022/empregosVerdesSustentaveisBrasil_092022.html>.

produz saúde ou degrada a saúde? Por essa experiência circulam valores de autonomia, solidariedade interclasses, intergeracional ou internacional, ou outras formas cooperativas de fortalecimento social face aos permanentes riscos profissionais, aos acidentes de trabalho associados ou não às questões ambientais? Que sentidos habitam o trabalhar nesses tempos? Que afetos, saberes e valores se mobilizam no trabalho contemporâneo? E que questões essas experiências nos convocam a repensar os modos de viver e trabalhar? E como nascem todos os dias novos modos de (re)existências diversas em formas rizomáticas, lutas, resistências profissionais individuais, ações coletivas (greves ou outras formas de lutas coletivas), sindicais e políticas nessas novas configurações?

5. TRABALHO: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E ÉTICO-POLÍTICOS

O trabalho é esse velho que permanece - fator de produção, forma de emprego, base de organização política e identidade coletiva, eixo de concentração, homogeneização, padronização nas grandes corporações e vetor de distribuição de riquezas e desigualdades, de diversificação sócio-cultural e participação na vida social. Mas é esse novo que se apresenta desfigurado no centro das nossas crises do contemporâneo, e que se volatiliza enquanto categoria analítica e agrava nossos **desafios teórico-metodológicos, epistemológicos, éticos e políticos**. Há uma miríade de situações que podem ser observadas com novos atores, novas organizações, novas regulações, normas, saberes e valores, mas há algo que não muda, que não desconecta essa experiência de seus rincões mais profundos¹⁹. Como caracterizar tais transformações? O que muda de modo estrutural? O que é recorrente? O que se mostra permanente? Esse velho e novo tem vetores contemporâneos em sua reestruturação, como a pandemia, cujos efeitos sobre o trabalho e o mercado de trabalho ainda ressoarão por muito tempo, associado ao aprofundamento tecnológico no espaço socioeconômico e cultural²⁰. Ou ainda as crises ambientais, com grandes catástrofes nos avisando sobre as ameaças a todos os lugares de vida.

¹⁹ Cf. REVISTA DE ESTUDOS AVANÇADOS USP, Dossiê Trabalho e Exclusão, v.37, n.108, maio-agosto, 2023.

²⁰ Meda, Dominique. Quels scénarios pour l'avenir du travail? Youtube Paris IEA, 21/03/2022.

E o trabalho, como um termo polissêmico – visto como formas de ocupação, em diversos estatutos de emprego, seja como experiência, seja como atividade – vai perdendo espaço como objeto de estudo e investigação. Essa invisibilidade crescente da experiência do emprego de si despolitiza exponencialmente nossa existência sociocultural.

Podemos nos perguntar: como analisar o trabalho nessas configurações nas quais ele parece, inclusive, desaparecer? Essa diversidade de reconfigurações traz questões teóricas e problematiza muitas de nossas categorias de análise a partir de uma rede nocional²¹ que figura como abstrato, mas não dispensa o concreto do investimento de cada um no cotidiano. Figura como simples, mas marcada por vivências complexas. Se desmaterializa em várias de suas dimensões, mas exige novas materialidades e capacidades instaladas, reconfigurando em permanência suas dimensões indissociáveis 'manuais' e 'intelectuais', em que pese todas as técnicas e tecnologias que o antecedem como trabalho morto e nunca prescinde da intervenção humana no aqui e no agora. Reordena valores e saberes em termos do que seja produtivo e improdutivo²², mas perde todos os sentidos e significações, e nos exaure, rouba nosso tempo livre.

O conceito de trabalho, polissêmico, em suas diversas filiações teóricas, sempre deixou margens e interfaces difíceis de tratar. Elas ficam mais difusas ou evidentes agora com a emergência dessas novas configurações das atividades de utilidade e que produzem riqueza social na forma de bens e serviços, envolvendo trocas monetárias ou bens simbólicos e afetivos. Seria o trabalho toda atividade útil envolvendo ou não valor de troca, produzindo ou não uma mercadoria? Essas reconfigurações em curso recompõem e evidenciam dimensões que antes vinham de um adjetivo, tais como: trabalho informal, doméstico, voluntário, político, ativismo social, assalariado, trabalho real, trabalho prescrito, trabalho imaterial, trabalho material, trabalho decente, trabalho... Com qual conceito de trabalho operar? E que centralidade sócio-cultural e, até mesmo econômica, podemos afirmar? Como circulam os conceitos sobre essas reconfigurações?

²¹ Cf. Marx, Karl. O capital, vol I (1867). São Paulo: Global Escrita, 1985.

²² Cf. Vatin, François. Le travail et ses valeurs. Paris: Albin Michel, 2008.

Como funcionam os empréstimos de conceitos de outros contextos? Com quais instrumentos teórico-conceituais podemos contar para compreender o trabalho nessas reconfigurações que ele assume? É necessário um diálogo entre disciplinas? Ou um diálogo interdisciplinar seria suficiente? E por quais abordagens? Por quais métodos? Como combinar formas de abordar, metodologias antigas e novas? Em que medida, operando mais perto dessas reconfigurações, podemos entrever dimensões e associações jamais vistas nesse campo do conhecimento, aprofundando o que poderíamos chamar de transdisciplinaridade, termo tão central para o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinar da UFMG²³?

Essas transformações e crises contemporâneas que nos cercam, atravessam e reconfiguram o trabalho de cada um de modo particular acabam por deixar em aberto o aparecimento do trabalho na história, seu conteúdo ontológico e trans-histórico evidenciado por algumas de suas teorias. Qual o estatuto político e epistemológico do trabalho no contexto das transformações e crises contemporâneas em curso?

São tendências essas que deixam mais fortes os questionamentos quanto ao seu valor como experiência, com potencial para produzir valores do bem comum. Essa experiência não implicaria em um sujeito ético, podendo acarretar uma abertura com efeitos democráticos na política? Estaríamos vivendo também no trabalho uma ruptura total, entre o mundo da vida dos comuns e o mundo das decisões políticas em sistemas autonomizados? Nenhuma hegemonia epistêmica ou política pode se haver com as múltiplas dimensões e alcance civilizacional dessas transformações em curso nas reconfigurações do trabalho.

Não há como avançar em propostas teóricas e metodológicas sem equilibrar o jogo em processos de reflexão, que visem justiça epistêmica para aumentar nosso poder de agir, num equilíbrio frágil de busca pelo bem comum. A **Revista UFMG** deseja problematizar os contornos do trabalho e suas crises na contemporaneidade para pensá-lo como experiência que constitui a condição humana em todos os sentidos: como

²³ <https://www.ufmg.br/ieat/> - Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinar.

atividade que funda nossa sociabilidade, como relação social, por suas qualidades emancipatórias e geradoras de saúde. Isso posto, sabemos que todas as epistemicidades são convocadas. Estão convocadas também todas as experiências humanas no centro dessas mudanças, em todos os rincões onde se produz um *umwelt* sócio-cultural, bem como estão também em nossos horizontes todas as experiências em outros modos de vida.

REFERÊNCIAS

ABDELNOUR, Sarah & MEDA, Dominique. **Les nouveaux travailleurs des applis**. Paris: PUF, 2020.

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARRIGHI, G. O longo século XX. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

Bell, D. O advento da sociedade Pós-industrial. SP: CULTRIX, 1974.

CAMPOS, André Gambier (org.) **Terceirização do trabalho no Brasil : novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília : Ipea, 2018. 217 p.

COSTA, L; TOSTES, A.; SANTOS, A.; SILVA, B. Nas teias da escravidão: as percepções de trabalhadores resgatados de situações de trabalho escravo no Maranhão. In: Revista Estudos Avançados. **Dossiê Trabalho e exclusão**, 37 (108), maio-agosto, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum - Ensaio sobre a Revolução no Século XXI**. Trad. Mariana Echalar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DRAIBE, Sônia. As políticas Sociais e o Neoliberalismo - Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, n. 87, 1993.

Druck, Graça; FRANCO, Tânia. **Dossiê: Trabalho e precarização social**. In: Caderno CRH, Vol: 24, Número: spe1, Publicado: 2011

Ferreras, Isabelle, Battilana, Julie; Meda, Dominique. **Le manifeste travail Démocratiser, démarchandiser, dépolluer**. Paris: SEUIL.

HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. SP: Companhia das Letras, 2007.

LEITE LOPES, J. (2016). **O trabalho no mundo contemporâneo**. Em Falleiros, I. et al (Eds.), *O trabalho no mundo contemporâneo. Fundamentos e desafios para a saúde* (pp. 37-55). Rio de Janeiro, Brasil: Editora FIOCRUZ/EPSJ.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Trad. Nelson Coutinho. In: *Coleção Temas de Ciências Humanas, vol. 4* São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978. SCHWARTZ, Yves. *Usage de soi, vie et valeur*. Paris: 2024 (no prelo).

Manzano, Marcelo & Krein, Dari. **O quão distantes estamos do pleno emprego?** In: ICL Notícias.com.br, acesso em 06, maio, 2024.

POCHMANN, M. Desindustrialização e promessas de modernidade capitalista. In: *Brasil sem industrialização: a herança renunciada* [online]. **Ponta Grossa: Editora UEPG**, 2016, pp. 148-176.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octarès Editions, 2000.

WISNER, A. *A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia*. São Paulo: Ministério do Trabalho/Fundacentro, 1994.